

## Ofício nº 087/2025

Maceió, 14 de outubro de 2025.

Ao Senhor

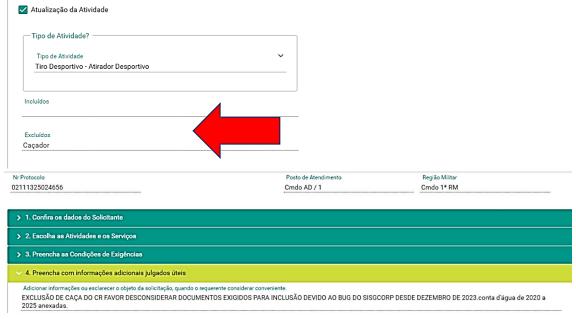
Comandante da 1ª Região Militar

General de Divisão Giovani Moretto

Assunto: Exigências ilegais para processos de desistência/remoção de atividades

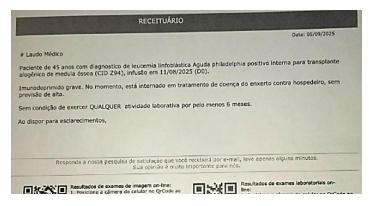
Cumprimentando-o respeitosamente, sirvo-me do presente para reportar fatos que merecem a atenção de Vossa Senhoria, haja vista a injustiça que militares estão cometendo com exigências sem previsão legal em processos onde o cidadão tenta desistir de atividades por meio do pedido de exclusão destas.

Todo o problema causado pelos militares, os quais são subordinados à 1ª Região Militar, pode ser conferido por meio do processo SISGCORP de nº 02111325024656, o qual tem como objeto a remoção da atividade de caçador:



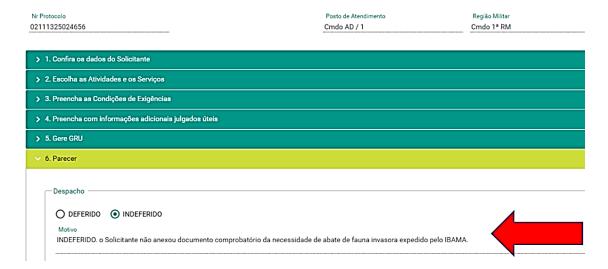
O processo em questão tem como objeto a remoção da atividade de caçador, haja vista que o Requerente não tem interesse de praticar a atividade e nem consegue, em face de estar internado em tratamento médico com diagnóstico de leucemia consoante receituário enviado à esta entidade:





Salienta-se que o processo de exclusão de atividade teve seus *bugs* reportados por esta entidade à DFPC por inúmeros ofícios em mais de 12 (doze) meses, em face do processo ser tratado como inclusão de atividade, mesmo sendo solicitada a exclusão. O *bug* foi resolvido pela DFPC, mas o sistema permaneceu exigindo documentações ilegais de forma padrão, sendo cristalino que estas não devem ser juntadas, haja vista a ausência de previsão legal para tanto.

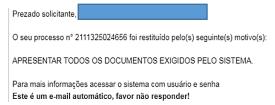
Todavia, o cidadão requerente do processo SISGCORP de nº 02111325024656 foi vítima de exigências ilegais, as quais o impediu de remover a atividade de caça, cerceando seu direito de desistir da referida atividade:



Tamanha foi a injustiça, que o motivo alegado para o indeferimento do processo de exclusão de atividade foi a ausência de documento necessário para inclusão da atividade de caça. Em uma rápida analogia, seria como se Vossa Senhoria desejasse cancelar sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH, e necessitasse fazer os exames psicotécnico e de direção que são feitos para conseguir a CNH.



A insistência do militar em exigir as documentações ilegais se comprova ainda pelo e-mail que o Requerente recebeu antes do indeferimento. Até comprovantes de residência foram solicitados sem previsão legal neste processo. Tal fato comprova que o militar não está trabalhando com a atenção e cautela necessária, quando deveria exigir apenas o que está previsto na legislação:



A saga para a remoção da atividade não se encerrou no SISGCORP. Diante de tantos problemas, o Requerente, mesmo internado por razões médicas em face da leucemia, protocolou processo físico, o qual também foi indeferido:



Vossa Senhoria, tomando conhecimento destes fatos, restabeleça imediatamente a legalidade, devolvendo ao cidadão o direito de desistir da atividade de caçador, haja vista que o Requerente sequer possui arma no acervo de caça.

Outrossim, é necessário que o militar que exigiu documentos do IBAMA no processo, o qual trata de exclusão da atividade, entenda que há tipificação penal na Lei 13.869/19 para a exigência sem expresso amparo legal, *in verbis*:

Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresso amparo legal:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Resta evidenciado que é ato ilícito exigir documentos sem expresso amparo legal, além de que não é razoável exigir, em processos de exclusão de atividade, documentos que são para inclusão.



Diante do exposto, requeremos mui respeitosamente que Vossa Senhoria se digne a:

- 1. Determinar a imediata revisão do despacho que indeferiu o processo SISGCORP de nº 02111325024656, deferindo a exclusão da atividade sem a exigência ilegal de documentos sem expresso amparo legal;
- 1. Responder o presente ofício com as medidas adotadas por Vossa Senhoria na busca pela resolução dos problemas aqui noticiados.

Termos em que,

Pede deferimento;

GIOVANNI RONCALLI CASADO DE SOUZA JÚNIOR Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático